

CADA MILITANTE UM ACTIVISTA ASSOCIATIVO

Tendo como base de fundamentação os documentos preparatórios da Assembleia de Delegados, bem como os princípios gerais que norteiam a acção da U.E.C. no Movimento Associativo, a organização deverá propor-se e propor aos estudantes:

1) A nível de Movimento Associativo em geral:

- a) Intensificar a participação de cada vez mais estudantes nas estruturas do M.A. nas escolas e nas secções e organismos da R.A.C. fazendo destas frentes de trabalho a principal linha de acção da Organização.
- b) Dar um conteúdo concreto e justo a todas as manifestações reivindicativas quer se situem no campo estritamente pedagógico, quer se situem no âmbito das questões mais gerais que possam surgir e que imponham uma resposta do M.A.
- c) Ter presente a exigência de uma rigorosa democraticidade a todos os níveis do M.A., praticando-a e impondo a sua prática.

2) Ao nível das escolas:

- a)- Inventariar e dissecar as grandes questões que hoje secolacam em cada escola aos estudantes da Academia, procurando, na medida do possível integrar e aprofundar esse estudo no significado global do actual contexto universitário português;
- b)- Perspektivar em termos organizativos e reivindicativos a intervenção da U.E.C. em cada faculdade, designadamente na criação e dinamização de estruturas de luta dos estudantes na melhoria da capacidade de resposta às questões pontuais que se levantam a cada dia, e na articulação dessa intervenção com a actividade dos órgãos directivos das escolas, nomeadamente com aqueles onde temos participação;
- c)- Determinar nitidamente o campo de intervenção da D. Geral no quadro Associativo da Academia, procurando assegurar o papel interveniente da estrutura associativa máxima dos estudantes de Coimbra na resolução dos mais graves problemas de cada escola e com isso rejuvenescer e dimensionar e unificar aos mais diversos níveis a luta contra a imposição de uma política de ensino retrograda e pela criação de condições que possibilitem a perspetivação do ensino universitário em termos progressistas e inovadores;
- d)- A definição de uma correcta linha política de actuação nas Escolas da Academia obriga à análise dos grandes problemas que hoje se despoletam nas Faculdades e à compreensão do seu significado nos termos mais amplos do actual contexto universitário português;

Como consequência directa da situação política do País, assiste-se, hoje, no quadro geral do ensino português a uma ofensiva planificada e firme de recuperação e imposição de valores adequados à colaboração científica e tecnológica no projecto da recuperação capitalista do II Governo Constitucional.

Tal situação caracteriza-se pelas seguintes grandes linhas de força, da responsabilidade do MEC ou dos seus representantes directos nas Escolas:

1. Elitização e selectividades do Ensino Superior- tal projecto concretiza-se através da imposição de várias medidas das quais as mais decisivas, logo aquelas que urge combater prioritariamente parecem ser:

- A - As dificuldades colocadas à transição do Ensino Secundário para o Ensino Superior, com a não resolução satisfatória da definição do actual ano propedêntico que se tem transformado num degrau aparentemente mais suave de eliminação brutal de potenciais candidatos à frequência dos cursos universitários nacionais do que escapam preferencialmente aqueles cujas condições económicas lhes permitem substanciais vantagens em condições de trabalho, acesso a material de estudo, aquisição de conhecimentos, etc;
- B- As transformações previstas para os próprios cursos superiores (como Ciências e Letras), designadamente a extinção de bacharelatos e a criação de licenciaturas de quatro anos com dois anos de pós-graduação com numerus clausus e prioridade de colocação no ensino, do que resulta a criação de facto do ensino superior curto e a eminente distinção futura entre os quadros técnicos e científicos, à maneira da tradicional divisão do Ensino secundário, pré-unificado entre escolas técnicas e liceus;
- C - O agravamento das condições de aprendizagem traduzido na intensificação virulenta dos ritmos de estudo, pela redução das licenciaturas de cinco para quatro anos e pelo progressivo degradar das condições de trabalho nas Escolas em função de uma total ausência de planificação interna; que leva a taxas altíssimas de chumbos e a desistências em série dos cursos universitários;
- D - A manutenção de regimes de prescricções e antiquados e não adequados à realidade de precedência pedagógica das Faculdades, como sucede em Medicina e Ciências;
- E- Na resolução dos graves problemas que afectam os trabalhadores estudantes do Ensino Superior, que encontram mil e um obstáculos à realização de um curso universitário é à iminente promoção cultural e social do País, que se traduz na não existência de organismos específicos de apoio a esses estudantes e ao caso completo ignorar do seu esforço e da especificidade da sua situação, o que tem impossibilitado uma progressiva alteração no tipo de frequência social dos cursos universitários;

2. Degradação da qualidade de ensino provocada por:

- A - Ausência de medidas de combate à impreparação científica e pedagógica de muitos docentes, através da reintegração de professores de valor quase nulo e da demora injustificada da contratação de novos docentes (caso de Economia);
- B- Destruição maciça das alterações progressistas introduzidas nos cursos de Letras, Medicina, Ciências e Direito, expressa na reformulação geral do conteúdo dos cursos e das cadeiras em virtude, em muitos casos, de necessidades de adaptação à nova estrutura orgânica prescrita para algumas escolas; esta política encerra em si o estrangulamento das saídas profissionais dos estudantes e a anulação pura e simples de numerosas experiências inovadoras surgidas em numerosas Faculdades, departamentos e cursos, contra o que se impõe a apresentação rápida de alternativas globais pedagógicas e cientificamente fundamentadas, a definir em cada Escola, em conjunto por professores e estudantes progressistas;
- C- Ameaça de asfixia económica de algumas escolas (caso de Economia) pela restrição brutal de orçamentos e que impede o normal desenvolvimento da actividade escolar, impossibilitada as necessárias reformulações no corpo docente das Escolas e compromete a imprescindível actualização material e científica das Faculdades;
- D- Ausência generalizada de melhoria de condições de trabalho e de estudo mínimas nas Faculdades com a inexistência de serviços de textos, material didático, salas de estudo, horários de aulas, etc. compatíveis com a realização de cursos universitários;
- E- Recuperação de formas de aquisição e avaliação de conhecimentos ultrapassados e anti-pedagógicos, com a aniquilação das formas de avaliação contínua, a limitação de prestações de provas na 2ª época, a exclusão de alunos dos juris de exame, a não aceitação, como forma de avaliação de trabalhos de investigação individual ou de grupo defendidos oralmente, o retomar da escala de valores de 0 a 20, etc.

Sobre este grave problema pedagógico, que todos os estudantes sentem diariamente há que apresentar propostas e alternativas claras e que implica a posse de dados de que a maior parte das células não dispõe, pelo que se sugere a imediata realização em cada Escola de inquéritos aos estudantes sobre os diversos aspectos desta questão, à maneira do que já se efectuou em Letras, com resultados muito positivos;

b)- Ao inventariar e situar das mais graves questões que afectam hoje a massa estudantil deverá suceder o prespectivar da actuação da U.E.C. nas Escolas, com vista à resolução daqueles problemas.

Tal prespectivação, para que possa assumir um carácter reivindicativo coerente deverá ter em conta os seguintes aspectos principais:

- A- Criação e dinamização na Escola de estruturas "locais" tipo comissão de curso que possam ocupar o espaço reivindicativo estudantil e ultrapassar assim a situação de alheamento compulsivo dos Estudantes da vida da Faculdade; isto obrigará a um estudo pormenorizado ainda não feito, da melhor forma de criação de tais estruturas (se centrais, se por departamentos, se por anos, se por turmas, Etc) e a um constantes controlo de execução da sua actividade com vista ao seu não desprestígio imediato; torna-se também necessário dar a estas comissões a dimensão juvenil necessária a uma correcta intervenção no meio estudantil, factor determinante, numa fase de afastamento e desânimo generalizados para o reacender da combatividade e fortalecimento da luta nas Escolas; tanto ao nível das questões centrais das Faculdades como ao das demais localizadas;
- B- Necessidade de articulação da intervenção da UEC com a actividade dos professores do Partido, substancial e inexplicitamente alheados de graves problemas do meio em que trabalham, o que isola frequentemente a organização levantando-lhe assim obstáculos desnecessários e quantas vezes impossíveis de resolver; na apresentação de alternativas globais aos projectos de reestruturação do MEC e na definição de formas correctas de avaliação de conhecimentos, por exemplo, este contacto poderá e deverá revestir um factor extremamente profícuo;
- C- Necessidade de unificação da luta a nível nacional, através de contactos frequentes entre células das mesmas faculdades, com vista ao aprofundamento da análise de questões comuns e à definição em conjunto de formas de intervenção local ou nacional; tais contactos já efectuados em Letras e Economia mostraram-se de uma necessidade e importância extremas e estão a ter resultados altamente positivos;
- D- Acompanhamento regular da actividade dos nossos camaradas nos órgãos directivos das Escolas, com vista à unificação de posições em questões gerais e à perspectivação da sua intervenção a nível de cada Escola;
- E- Ampla divulgação em cada Faculdade das questões que hoje as afectam, através de uma intensa actividade de informação e propaganda, da realização de mesas redondas, conferências de imprensa, etc., e do aproveitamento pontual das iniciativas centrais que a UEC levar a cabo na Academia ou mesmo a nível nacional; para tal há que começar a aproveitar também possibilidades que órgãos de comunicação social como a ROP (Emissor Regional) e a imprensa de esquerda e as estruturas como a FAOJ nos concedeu para iniciativas deste tipo;

c)- Na unificação e acompanhamento dos processos de luta e iniciativas centrais que a nível de cada Escola o Movimento Unitário Estudantil levar a efeito caberá à DG do AAC um papel fundamental, cujo não cumprimento significará uma grande incompreensão daquilo em que deverá consistir a intervenção da única estrutura

associtativa central da Academia de Coimbra.

Para/a DG ^{que} consiga assumir as suas responsabilidades de actuação nas Escolas e responder positivamente àquilo que muitos estudantes este ano esperam dela terá de ter em conta diversos factores, entre os mais:

- A- O acompanhamento e tomadas de posição frequentes da situação pedagógica das Faculdades e dos processos reivindicativos cu outros que nelas se desenvolverem;
- B- O contacto próximo com as estruturas representativas dos estudantes (designadamente as comissões de curso) para a formação e dinamização das quais deverá constituir elemento impulsionador decisivo;
- C- A necessidade de contactos frequentes com os órgãos directivos das facultades com vista à intensificação da discussão de questões centrais das Escolas e à divulgação e clarificação das posições e anseios da população estudantil de que é representante;
- D- A aproximação de estruturas específicas de estudantes do ensino superior em situações especiais com os trabalhadores estudantes e, em parte, os propedêuticos, com vista à unificação de posições e à perspectivação da sua luta no quadro geral das reivindicações actuais no movimento associativo;
- E- Uma estreita ligação com as estruturas sindicais de professores e funcionários das Faculdades, cuja colaboração em processos que a curto prazo se desencadearão nas Escolas não pode ser subestimada;
- F- Um amplo trabalho de informação e divulgação no seio da opinião pública sobre as questões que hoje afectam as Escolas e, em geral, o ensino e a participação activa em reuniões entre estruturas associativas estudantis, tanto a nível nacional (como o ENDA) como a nível local (entre Faculdades).

Ao nível da A.A.C.:

3) Procurar formas orgânicas de apoio ao trabalho da Direcção Geral:

3.1. Constituinto comissões específicas para cada determinada frente de trabalho pontual que o imponha. Frentes estas destacando-se desde já as do 1º Festival da Juventude, a exposição sobre o Terrafal, as comemorações do 17 de Abril, o 25 de Abril e 1º de Maio e o lançamento da campanha para a organização do Museu Académico.

3.2. Assegurando a permanência diária de uma célula de escola nas instalações da D.C. a fim de, para além de os militantes se familiarizarem com a vida da A.A.C., se obter um apoio de facto eficaz ao trabalho da Direcção.

3.3. Reforçando a organização associativa através da deslocação de quadros que, podendo dar a este nível um bom contributo, estejam sub-aproveitados nas células de escola. Paralelamente, deverão estimular-se todos os restantes camaradas para o trabalho nas estruturas da A.A.C.

3.4. Apoiando o trabalho da D.C. a nível da sua intervenção no campo pedagógico, quer no que respeita às várias tarefas de informação e intervenção autónoma, quer no que respeita ao trabalho unitário junto ~~das~~ das estruturas do curso.

3.5. Agrupando todos os camaradas que estejam dentro dos problemas dos Serviços Sociais, designadamente beneficiários de bolsas e residências, no sentido de, organizadamente se poderem encontrar respostas e formas de intervenção eficazes para a D.C. e a este nível.

3.6. Capacitando a Organização para que se mobilize sempre que seja necessário em apoio de pessoas a qualquer iniciativa da D.C. quer se trate de iniciativas de âmbito cultural, desportivo ou político, quer se trate de Assembleias de estudantes, nas faculdades ou a nível da Academia.